



III SLAEDR
SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL
VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

 **DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022**

PROMOTORES:



APOIO:



Quanto aos instrumentos utilizados para a obtenção dos dados, ocorreu, inicialmente, o envio de um questionário semiestruturado para cada um dos OSs do RS, separadamente, indicando um link no *google forms* para o preenchimento. Este envio resultou em uma única resposta da diretora do OSB solicitando informações do trabalho e questionando a forma como o OSB era abordado. Com isso foi realizado o envio do projeto de Trabalho de Curso para avaliação, junto de uma explicação sobre o mesmo. Após um período relativamente longo, o OSB retornou, enviando um termo de responsabilidade sobre o que seria escrito sobre o mesmo. Tal documento foi devidamente preenchido e assinado, e, a partir disso, o OSB se comprometeu a não só autorizar os OSs gaúchos a responderem o questionário como também reenviar o link a eles. Entretanto, mesmo após um significativo período de espera, nenhum dos 14 OSs rio-grandenses respondeu ao questionário ou enviou qualquer esclarecimento.

Diante dessa situação, para viabilizar a pesquisa, optou-se por concentrar a busca de informações nos relatórios de Transparência e Economia, disponibilizados no site do Observatório Social do Brasil: <https://osbrasil.org.br/mapa-do-sistema-osb/>. Foram verificados os relatórios referentes aos últimos cinco anos (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021) de atividades de cada um dos Observatórios dos municípios presentes na população, contendo as principais atividades realizadas e a economia gerada a partir disso. Vale destacar que a rasa quantidade de informações referentes ao ano de 2021 se deve à ausência de relatórios desse período em parte significativa da população estudada.

Após coletados, os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo, com o auxílio do aporte teórico estabelecido. Focou-se no conjunto de atividades desenvolvidas pelos observatórios sociais que contribuem para qualificar os gastos públicos municipais e nos benefícios para as diferentes áreas de políticas e/ou serviços prestados.

OS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL E A CONTRIBUIÇÃO NA QUALIFICAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Aporte teórico

Gastos Públicos

O Brasil enfrentou dificuldades no ano de 2020 em decorrência da Covid-19, ocasionado um agravamento da crise econômica, repercutindo na redução do Produto Interno Bruto (PIB) e na piora dos indicadores de bem-estar social da população. Neste cenário estão presentes a queda da arrecadação do governo, comprometimento do consumo, e conseqüente redução dos gastos e investimentos, ou seja, ocorreu uma retração na atividade econômica, com conseqüências na dimensão social. Entretanto, alguns problemas estruturais e conjunturais já aconteciam antes disso, dando conta da necessidade premente de ações de curto, médio e longo prazos, nas diversas instâncias da economia e da vida social, no sentido de buscar soluções em prol do desenvolvimento mais equitativo no país (ASAI; CORRÊA, 2020).



racionalização de recursos que a administração possui a disposição (HERMANY; CAMARGO, 2018).

Em vista disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) traz mecanismos importantes para aprimorar a forma como o dinheiro é alocado, pois estabelece parâmetros como: o que fazer, em que prazo e com quais limites. Infelizmente, embora mais cautelosos, muitos gestores atuam nos limites da obrigatoriedade da lei, fazendo o mínimo necessário para que não ocorram punições, o que, evidentemente, não é o suficiente. Para que a administração seja eficiente é preciso evoluir no controle de Políticas Públicas para que os recursos atinjam os objetivos alcançados e beneficiem a população (PELEGRINI, 2013).

A Lei de Responsabilidade Fiscal ou Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelece restrições orçamentárias que visam proteger a situação fiscal dos entes federativos, levando em conta a realidade dos balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios, a partir da melhor aplicação de recursos e uma condição financeira que permita uma boa gestão para os próximos mandatos. Cabe a ela estabelecer as normas de gestão financeira e patrimonial para uma administração pública mais transparente e eficiente (NASCIMENTO; DEBUS, 2000). Ainda que muito não tenha sido posto em prática, a LRF representou um avanço significativo, trazendo à tona a questão da disciplina fiscal, do equilíbrio das contas e a necessidade de um planejamento no longo prazo que não prejudique as administrações futuras (LIMA, 2010). Assim, o cumprimento da LRF, no que se refere ao endividamento, suficiência de caixa, gasto com pessoal e superávit primário estão relacionados a índices positivos de desenvolvimento municipal. Por isso, entende-se que seguir as determinações da LRF é benéfico para o desenvolvimento (SOUSA *et al.*, 2013).

Nesse mesmo sentido, para um melhor proveito dos recursos públicos, Pires (2013) cita a transparência como um aspecto crucial, pois introduz uma nova relação entre o governo e a sociedade, no qual há maior participação, fiscalização e, conseqüentemente, aprimoramento da administração pública para atender aos interesses coletivos. É possível sintetizar a importância da transparência e o acesso à informação: “o acesso à informação pública e a transparência não garantem o correto funcionamento da atividade pública, mas sem eles é improvável que tal atividade ocorra sequer de maneira razoável” (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, 2014, p. 71).

A disponibilidade das informações e a transparência nas contas públicas refletem na participação e no controle social e, conseqüentemente, no combate às fraudes que seguidamente são descobertas na administração pública. Tendo em vista que tais atos tendem a crescer em decorrência da falta de controle e da impunidade, torna-se necessário a aprovação de legislações que viabilizem o acompanhamento da população e que estabeleçam limites nos gastos, como a exemplo da LRF (RAUSCH; SOARES, 2010).

O controle social cujo fomento é objetivado pela educação fiscal tem, como fundamentos, o princípio democrático, a soberania popular e a cidadania participativa, carecendo de transparência para sua realização. Sendo assim, a Administração Pública precisa agir com clareza, abertura e simplicidade [...] A LRF pretende elevar os níveis de ética na gestão dos recursos públicos, ampliando a publicidade e, conseqüentemente, viabilizando o controle social. Na mesma toada, a lei de acesso à



III SLAEDR
 SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL
VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

PROMOTORES:



DESENVOLVIMENTO REGIONAL UNICUI 20 ANOS

APOIO:



informação regulamenta como essa publicidade deve ser efetivada na generalidade dos atos estatais (AGUIAR, 2014, p. 192).

Desta forma, a transparência se apresenta como um antídoto para a corrupção. Ela é capaz de induzir os gestores públicos a um comportamento mais ético e responsável, além de permitir que a população controle as ações dos governantes, a partir das informações fornecidas. Para que isso seja possível, ainda é necessário melhorar portais e outros meios de disponibilizar as informações para estimular um controle social eficaz sobre a gestão (SOUZA *et al.*, 2013).

Surgimento dos Observatórios Sociais e sua importância

A falta de conhecimento e de proximidade com o funcionamento daquilo que é público, por vezes, influencia a população a ter um comportamento de submissão e conformismo ao invés de cobrança e participação. Entretanto, as experiências atuais de democracia participativa, mesmo que ainda precisem melhorar em diferentes aspectos, representam um avanço para uma democracia mais efetiva (COTTA *et al.*, 2009). Do ponto de vista de Bravo e Correia (2012), para resolver problemas de origem política que afetam principalmente os mais pobres, é essencial que se tenha independência dos movimentos sociais e que estes mobilizem a sociedade diante de situações que geram indignação.

E foi a partir da indignação que surgiu a iniciativa de formar um grupo capaz de conscientizar a população no município de Maringá-PR. Após constantes episódios de corrupção, a sensação de impunidade fez com que pesasse o fardo da responsabilidade sobre o acompanhamento dos gastos públicos nos cidadãos locais. As relações entre o público e o privado ocorriam de maneira errônea. O debate crescente sobre o assunto fez com que a ideia de criar uma organização da sociedade civil ganhasse força, aos poucos. A partir disso, no ano de 2004, era oficializada a criação da Sociedade Eticamente Responsável (SER), com o intuito principal de resgatar valores da sociedade e estimular a conscientização sobre a cidadania fiscal. A SER foi bem recebida pela comunidade local e passou a desenvolver uma série de projetos que explicavam, de diferentes formas, a importância da cidadania, promoviam a educação fiscal, explicavam o papel dos governantes de diferentes cargos e mostravam como funciona o orçamento público, entre outras atividades (GOMES, 2020).

Entretanto, por melhores que fossem as ações desenvolvidas pela SER, elas não eram suficientes em um cenário ainda marcado por manchetes falando sobre os esquemas de corrupção. Assim, dentro da SER surgiu o Observatório Social de Maringá (OSM), tendo como atribuições a análise e divulgação de informações sobre a aplicação dos recursos públicos (GOMES, 2020). O surgimento do Observatório Social se deu a partir da insatisfação dos eleitores com o desempenho dos eleitos, vendo neles ações oportunistas e corruptas. Nesse cenário os cidadãos insatisfeitos buscaram meios de monitoramento e fiscalização das ações da administração pública (ASSIS; GODOY, 2013).

A experiência de Maringá se expandiu, de forma muito rápida pelo estado do Paraná e demais estados da Federação, dando origem a uma Rede de Observatórios Sociais. Atualmente, esta rede se estende por uma parte significativa do território brasileiro, abrangendo dezessete estados e totalizando cento e quarenta cidades filiadas ao sistema OSB, coordenando a ação de mais de 3.500 voluntários sem filiação partidária. No estado do Rio Grande do Sul estão situadas



unidades em quatorze municípios, sendo eles: Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Farroupilha, Gravataí e Glorinha, Guaíba, Lajeado, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa e São Leopoldo (OSB, 2021).

A atuação dos Observatórios Sociais tem como objetivo promover a educação para a cidadania fiscal e o controle social. Desta forma, contribui para a eficiência da gestão pública por meio do monitoramento e controle exercido pela sociedade. Sobretudo, tem como missão despertar o espírito de Cidadania Fiscal na sociedade para que a justiça social seja alcançada e os recursos públicos sejam aplicados com ética e eficácia (OSB, 2021). De forma geral, um OS contribui com a sociedade pois:

atua como um instrumento na formulação estratégica de pensamentos críticos, adota uma definição moderna na construção de uma sociedade consciente de seus direitos e garantias constitucionais, capaz de exercer uma fiscalização social. Exige do governo que os recursos humanos, financeiros e tecnológicos sejam utilizados para formular e implementar os objetivos organizacionais, estrategicamente estabelecidos finalísticos de desenvolvimento social. Assume papel de motivado controle e planejamento de um modo geral (ALVES, 2015, p. 51).

Entre as principais contribuições dos OS estão a fiscalização das licitações e gastos públicos, bem com a sua divulgação à população, pois obtém como resultado a redução de ações ilícitas e a economicidade dos recursos públicos (ABREU, 2019). Baptistucci (2011) elenca a existência de três ações principais presentes no Observatório Social de Maringá (OSM), sendo que a primeira é a metodologia de acompanhamento das licitações, por ser mais visível e por permitir ao Executivo e Legislativo fazer os ajustes necessários para a adequação; a segunda é o acompanhamento das contratações de terceirizados e cargos de confiança; e a terceira ação, é a análise das proposições e dos gastos com diárias e custeio do Legislativo local.

Ao realizar o controle dos gastos públicos ocorre uma mudança na forma de enxergar a máquina pública, deixando de lado uma visão patrimonialista e trazendo a responsabilidade, assim como os direitos para perto dos cidadãos. Sendo assim, há uma significativa mudança na relação entre Estado e sociedade, deixando de ser antagonicos para atuarem de forma conjunta, cooperando (AGUIAR, 2014).

Discussão dos Resultados

Redução dos Gastos Públicos Municipais e principais atividades realizadas pelos Observatórios Sociais

Em um primeiro momento se buscou analisar os valores economizados, direta ou indiretamente, a partir da ação realizada pelos OSs nos municípios rio-grandenses que fazem parte da pesquisa. Para melhor demonstrar quais foram os montantes e em que período, as informações foram apresentadas, separadamente, no quadro 01:

Quadro 01- Montante de redução dos Gastos públicos, por ano e município.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Município	Ano	Dados referentes a economia gerada
Bento Gonçalves	2017	Terceiro quadrimestre: O trabalho de monitoramento, no ano de 2017, resultou em uma economia direta de R\$ 330.450,86 aos cofres públicos do município de Bento Gonçalves.
	2018	Primeiro quadrimestre: Poder legislativo: O valor previsto para as licitações era de R\$ 115.036,69 e o valor homologado foi de R\$ 110.643,30, tendo R\$ 4.393,39 (4%) de economicidade pela própria equipe de licitações. Poder executivo: o valor previsto era de R\$ 19.207.915,85 e o homologado foi de R\$ 14.417.527,03 com economicidade de R\$ 4.790.388,00 (24%); observou-se que parte dos valores foram ofertados com preço bem abaixo da base.
	2019	Primeiro quadrimestre: O valor previsto para as licitações era de R\$ 71.317,00 e o valor homologado foi de R\$ 59.672,00, apresentando uma economia de R\$ 11.699,00 (17%), a partir da própria equipe de licitações. Segundo quadrimestre: Nas compras e outros serviços o valor previsto para as licitações era de R\$ 39.697.099,44 e o valor homologado foi de R\$ 34.379.465,80. Nesse caso, a economicidade gerada sem qualquer interferência foi de R\$ 5.317.634,00 (13%).
Cachoeirinha	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Caxias do Sul	2017	Primeiro quadrimestre: O valor estimado para as licitações era de R\$ 26.500.00,00. Último semestre: O valor estimado para essas licitações era de R\$ 26.471.169,94 e o valor homologado R\$ 24.882.464,85. Desta forma o valor de economia monitorada foi de R\$ 1.588.705,09.
Cruz Alta	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Erechim	2017	Primeiro quadrimestre: O valor máximo orçado era de R\$ 599.844,88 e o valor licitado foi de R\$ 476.810,91 apresentando uma diferença de R\$ 123.033,97 (25,80%), economia essa gerada pelo município. Segundo quadrimestre: O valor máximo previsto era de R\$ 9.488.33,06 e o valor licitado R\$ 5.471.389,73 sendo assim a economia gerada pelo município foi de R\$ 4.017.013,33 (73,42%). Terceiro quadrimestre: Economia produzida pelo município nas licitações analisadas no período foi de R\$ 660.214,58 o correspondente a 1,48% do valor total, (os valores de referência estão cortados no relatório).
	2018	Primeiro quadrimestre: O valor máximo no orçamento era de R\$ 1.408.341,52 e o valor licitado foi R\$ 991.612,07, a economia produzida pelo município nas licitações analisadas foi de R\$ 416.729,45 (1,42%).
	2019	Primeiro quadrimestre: O valor máximo orçado era R\$5.212.547,72e o valor licitado foi de R\$4.124.013,43 a economia para Erechim foi R\$ 925.688,89. Segundo quadrimestre: O preço máximo apresentado era de R\$ 7.851.435,72 e o preço licitado foi R\$ 5.296.633,13, ou seja, se teve uma economia de R\$ 1.053.635,38 neste período. Terceiro quadrimestre: O preço máximo era de R\$ 1.949.355,71 e o valor licitado foi de R\$1.674.877,66 a economia foi de R\$ 274.478,05.
	2020	Primeiro quadrimestre:

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Município	Ano	Dados referentes a economia gerada
		Entre as licitações acompanhadas o preço máximo era de R\$ 1.441.302,22 e o preço licitado R\$ 1.102.007,08, desta forma a economia produzida foi de R\$ 339.295,14. Segundo quadrimestre: O valor máximo estipulado era R\$ 25.747.235,29 e o valor licitado foi R\$ 23.502.403,08 gerando para o município uma economia de R\$ 2.244.832,21.
Farroupilha	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Gravataí e Glorinha	2018	Terceiro quadrimestre: A página para a qual foi direcionado não existe ou foi desativada do site do Observatório Social do Brasil.
	2019	Primeiro quadrimestre: O total dos Pregões foi R\$ 49.920.565,95 e a economia gerada foi de R\$ 1.389.000,00 para o período.
Guaíba	2017	Terceiro quadrimestre: Apresentou uma economia direta de R\$ 43.163,33 e a economia indireta R\$ 154.789,85 somando as duas temos um total de R\$ 197.953,18 economizados.
	2018	Primeiro quadrimestre: O valor de referência era R\$ 1.878.588,01 R\$ 1.416.878,14 sendo assim o valor economizado pela prefeitura foi de R\$ 461.709,87 (36%). Segundo quadrimestre: Valor de referência R\$ 982.814,86 e o valor homologado foi inferior com R\$ 892.420,54, a economia produzida foi de • R\$ 90.394,32 (9,19%). Terceiro quadrimestre: O valor de referência estipulado foi R\$ 1.799.568,53 enquanto o valor homologado foi de R\$ 1.426.095,77 gerando uma economia de R\$ 373.472,76 (20,75%).
	2019	Primeiro quadrimestre: O valor de referência era de R\$ 1.878.588,01 e o valor homologado foi de R\$ 1.416.878,14, apresentando uma economia para os cofres públicos de R\$ 461.079,87. Segundo quadrimestre: Estimula-se que o valor de referência foi R\$ 3.150.324,95 e o valor homologado R\$ 2.908.613,82 com uma diferença de R\$ 241.711,13 nos pregões analisados. Terceiro quadrimestre: O valor de referência estipulado era de R\$ 1.595.431,46 e o valor homologado R\$ 1.340.322,54, sendo assim a economia foi de R\$ 255.018,92.
	2020	Primeiro quadrimestre: O valor de referência foi de R\$ 745.228,31 e o valor homologado R\$ 604.460,79 apresentando uma diferença de R\$ 140.767,52.
Lajeado	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Pelotas	2017	Primeiro quadrimestre: Não apresentou valores. Segundo quadrimestre: Não apresentou valores. Terceiro quadrimestre: Não apresentou valores.
	2018	Primeiro quadrimestre: Valor máximo das licitações foi R\$ 22.146.710,13 e o valor licitado R\$ 7.902.767,53, não foi estipulado o valor economizado pois algumas licitações analisadas ainda estavam em andamento. Segundo quadrimestre:

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



Município	Ano	Dados referentes a economia gerada
		Não apresentou valores. Terceiro quadrimestre: Não apresentou valores.
	2019	Primeiro quadrimestre: Não apresentou valores. Segundo quadrimestre: Não apresentou valores. Terceiro quadrimestre: Não apresentou valores.
	2020	Primeiro quadrimestre: Não apresentou valores.
Porto Alegre	2017	Primeiro quadrimestre: A economia produzida nesse período foi de R\$ 12.864.094,02, sem considerar a economia dos pregões eletrônicos do DMAE, pois não forneceram o valor de referência para realizar o cálculo. Segundo quadrimestre: A economia pelo município nas licitações foi de R\$ 16.065.848,66 com base nos registros de preço.
	2018	Primeiro quadrimestre: O valor de referência era R\$ 43.666.483,83 e valor homologado foi de R\$18.502.959,10 apresentando para o município uma economia de cerca de R\$ 22.556.639,62. Segundo quadrimestre: O valor de referência é de R\$ 55.638,98 e o valor homologado R\$ 27.990.681,88 apresentando uma economia de R\$27.647.618,10 produzida pela própria equipe de licitações do município. Terceiro quadrimestre: O valor de referência era R\$ 70.933.360,32 e o valor homologado era de R\$ 55.962.908,73, sendo assim a economia gerada no município foi R\$ 14.980.451,56.
	2019	Primeiro quadrimestre: O valor de referência para as licitações era de R\$217.128.233,18 e o valor homologado R\$127.640.173,70 a economia produzida com compras públicas foi R\$ 89.488.059,48.
Santa Maria	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
Santa Rosa	Últimos cinco anos	Nenhuma informação publicada.
São Leopoldo	2017	Terceiro quadrimestre: Não foi possível mensurar a economicidade.
	2018	Primeiro quadrimestre: O valor orçado era de R\$ 3,86 bilhões para o período e o valor licitado foi de R\$ 3,53 bilhões, apresentando uma economia de R\$ 333,88 milhões para os cofres públicos do município. Segundo quadrimestre: O valor orçado era de R\$ 7.009.650,25 e o valor licitado foi de R\$ 5.983.973,45 apresentando uma economia de R\$ 1.025.676,80 (14,63%).
	2019	Primeiro quadrimestre: Não apresentou dados sobre a economicidade. Segundo quadrimestre: Os dados sobre economicidade não apresentam clareza. Terceiro quadrimestre: Os dados sobre economicidade não apresentam clareza.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Município	Ano	Dados referentes a economia gerada
	2020	Primeiro quadrimestre: Existem licitações em que o valor de referência não consta no edital, por esta razão não é possível estimar a economia gerada. Segundo quadrimestre: Existem órgãos que não informam o valor de referência dos itens ou do objeto, por esta razão, não é possível apresentar a economia gerada no período.

Fonte: elaborado pelos autores.

A consulta aos documentos disponibilizados no sítio eletrônico do sistema OSB apontou que muitos municípios não disponibilizam informações, nem sobre as ações relativas às possíveis ações diretas ou indiretas para redução de gastos, bem como sobre outros temas. Dentre os municípios selecionados Cachoeirinha, Cruz Alta, Farroupilha, Lajeado, Santa Maria e Santa Rosa não disponibilizaram nenhum parâmetro de valores que possibilitasse uma avaliação.

Entre os municípios restantes é possível realizar uma divisão entre os que apresentaram a economia gerada diretamente pelas ações que realizaram e os que apresentam a economia gerada no período de forma indireta. Ainda, nesses casos, muitos municípios não apresentaram todos os valores, alguns pela ausência de valor de referência para calcular a diferença, outros pois os pregões ou licitações analisadas ainda estavam em andamento, não havendo um valor final.

Neste cenário, temos que Bento Gonçalves foi o único município a apresentar o montante economizado em decorrência da atuação direta do Observatório, registrando o valor de R\$ 330.450,86 economizados ao longo de 2017. A importância desse valor é relativa, porém, se considerarmos que se trata da economia de apenas um ano em um só município, a mesma se mostra significativa. Entretanto, se avaliarmos essa como a única economia direta em um conjunto de quatorze municípios, ao longo de cinco anos, o valor se mostra pouco significativo.

Quanto aos valores economizados pelos próprios municípios, podendo ou não ser influenciados, de alguma forma, pelo trabalho realizado pelos OSs, o montante é bem maior. No município de Bento Gonçalves, o montante foi de R\$ 10.124.144,39; em Caxias do Sul foi de R\$ 1.588.705,09; em Erechim foi de R\$ 9.394.706,42; em Gravataí e Glorinha foi de R\$ 1.388.000,42; em Guaíba foi de R\$ 2.222.107,57; em Porto Alegre foi de R\$ 170.738.614,42 e em São Leopoldo foi de R\$ 34.413.676,80. Na soma destes valores economizados se chega ao total de R\$ 229.970.927,69, nos últimos cinco anos.

Neste sentido, os valores totais encontrados diferem dos identificados por Santos (2018), em estudo similar. Primeiramente por se tratarem de períodos diferentes, pois este analisou toda a trajetória dos OSB até o ano de 2018, enquanto esta pesquisa se concentra nos últimos cinco anos, ou seja, de 2017 a 2021. Outro aspecto a destacar é que, neste período, ocorreu, inclusive, a remoção de alguns relatórios dos sítios eletrônicos.

Embora esse trabalho concorde com o posicionamento de Santos (2018), de que a ação preventiva dos OSs é responsável por gerar economia para os municípios, não há consenso quanto à classificação dos valores, tendo em vista que o autor considerou todos os valores economizados pela própria equipe de licitações ou economizados sem interferência do OSs



III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

 DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

PROMOTORES:



APOIO:



como consequência do trabalho dos OSs nos municípios. É evidente que o ato de fiscalizar tende a inibir desvios, mas não é viável considerar valores milionários de economia sem nenhuma ação direta. Desta forma o valor economizado se resume aos R\$ 330.450,86 obtidos a partir da ação direta no município de Bento Gonçalves, mantendo-se distante dos valores milionários sugeridos.

Em um segundo momento, se buscou analisar as principais ações desenvolvidas pelos observatórios. Percebeu-se que entre as atividades mais recorrentes estão: o monitoramento de licitações; o envio de ofícios com questionamentos; o acompanhamento dos índices de gastos do município; as constantes comparações de gastos com pessoal e averiguação de contratações com valores incompatíveis; verificação da entrega de produtos adquiridos pela prefeitura a partir dos editais; e acompanhamento de obras públicas. Essas atividades estão de acordo com o que é apresentado por Aguiar (2015), que aponta que as principais ações de monitoramento são: análise jurídica de editais; acompanhamento de certames; pedidos de esclarecimentos de situações que correspondem aos ofícios; e representação perante o Ministério Público e à Câmara Municipal. Para Matiello (2018), as atividades executadas pelos OSs permitem uma maior transparência, além da melhoria institucional ao indicar problemas de escrita e falta de clareza nos editais, termos de referência, controles, possíveis desvios e falhas em procedimentos.

Em um terceiro momento concentrou-se a busca por atividades relacionadas ao controle social. As atividades de controle apresentadas são bastante diversificadas e se enquadram em diferentes projetos propostos pelos OSs. Percebe-se que são poucas as atividades que se repetem numa maioria entre os municípios, não havendo um padrão de quais atividades devem obrigatoriamente ser desenvolvidas. Entre as que mais ocorreram no período analisado estão: o monitoramento do quadro de funcionários; capacitação para participar do Licitacon; monitoramento de cargos comissionados; monitoramento de obras; reuniões e acompanhamento do trabalho do Legislativo; verificação de mercadorias recebidas; e encaminhamentos de sugestões e exigências.

Todas essas atividades contribuem, de alguma forma, direta ou indiretamente, para o controle de gastos. A começar pelas atividades relacionadas aos recursos humanos. O acompanhamento do quadro de funcionários e dos cargos comissionados busca reduzir excessos, avaliar se a quantidade de pessoas aumentou em uma proporção condizente com a realidade ou se o porte desse quadro poderia ser reduzido, e conseqüentemente, diminuídos os valores gastos com folhas de pagamento. Essa colocação vai de acordo com Santos (2018), que aponta a atuação dos OSs, tanto no poder Executivo Municipal como nas Câmaras de Vereadores, como uma ação em busca de mais transparência e do bom uso dos recursos financeiros nas políticas públicas do Município.

Já, as capacitações para participar do Licitacon e demais capacitações similares para MPEs, atuam mostrando de que forma as empresas podem participar das licitações, quais os pré-requisitos e afins. Sua importância se dá por estimular a competitividade nas licitações e, conseqüente, reduzir os valores a serem homologados nas licitações. Essa ação vai de encontro com o exposto por Aguiar (2015), quando refere que, ao estimular a participação de pessoas e empresas no processo de controle de gastos, sob a premissa de que o que é público pertence a



todos, motivo pelo qual deve ser controlado por todos, ampliar a participação em licitações é uma forma de descentralizar este acesso.

O monitoramento das compras feitas visa verificar se o que foi recebido está de acordo com o que foi solicitado, para que, quando o material recebido não atender as exigências, os valores sejam devidamente restituídos, evitado desperdício com compras que não suprem as expectativas ou necessidades do município. Entretanto, para realizar essa atividade é necessário ter abertura dos governantes, a partir de uma relação mais estreita com o OS. De acordo com Schommer e Moraes (2010), por vezes, podem ocorrer limitações quanto a isso, pois a capacidade de influência dos OS está em permanente construção, sendo necessário promover articulação entre técnica e política, para que ocorra o aprimoramento da administração pública.

No que se refere às atividades de monitoramento das obras, a partir do projeto Obra Transparente, tal atividade se mostra benéfica ao incentivar o cumprimento do projeto. Entretanto, de forma isolada, não é capaz de fazer do OSs um colaborador significativo para uma melhor infraestrutura nos municípios, tendo em vista que o projeto atende uma parcela muito pequena das obras realizadas, ao se limitar apenas a obras em escolas. Vale ainda destacar, que, não foi evidenciada nenhuma atividade de monitoramento ou averiguação do cumprimento da LRF, ou acompanhamento do percentual de gastos por área de forma mais abrangente.

A análise dos Relatórios evidencia que os Observatórios Sociais criados nos municípios do estado do Rio Grande do Sul são pouco significativos em termos de ações, diretas ou indiretas, para a economia de recursos públicos. Porém, apresentam uma gama expressiva de ações que podem contribuir para a criação de uma cultura de acompanhamento, formação, qualificação, participação e responsabilização pública por parte da população no que concerne à gestão, aos recursos públicos e ao controle social.

CONCLUSÃO

O controle social vem ganhando espaço cada vez maior na mídia e no dia a dia da população a partir do entendimento de que é necessário desenvolver ações em conjunto com a sociedade para que aquilo que é público seja melhor aproveitado. Nesse sentido os Observatórios Sociais surgem como um meio de efetivar o controle social, a partir da realização de atividades de monitoramento e controle, que envolvem a sociedade civil. Esta pesquisa focou na importância da implementação dos Observatórios Sociais no Rio Grande do Sul para qualificação dos Gastos Públicos Municipais, tendo como objetivo principal avaliar a contribuição dos mesmos na qualificação e controle dos gastos públicos municipais.

O objetivo foi atendido ao verificar-se, nos relatórios de Transparência e Economia, os valores economizados em licitações, tanto o que foi economizado em decorrência da ação direta dos observatórios quanto o que foi economizado pela própria prefeitura do município em que o OSs está inserido. O resultado disso foi uma quantia considerável de valores economizados sem intervenção dos OSs, ou seja, que pode ou não ter recebido alguma influência pelas atividades desenvolvidas, e apresentando um montante pouco significativo de economia gerada



diretamente pela ação dos OSs. Sendo assim, o valor economizado se mostra irrelevante diante das inúmeras atividades desenvolvidas para que ele fosse obtido, trata-se de um esforço muito grande em função de um valor pequeno, e que no caso desse estudo foi encontrado em apenas um dos quatorze municípios estudados.

No que concerne às ações de monitoramento e controle social, se percebe maior efetividade dos observatórios, demonstrando um leque variado de contribuições que tem apresentado aos municípios. Ações que vão desde o acompanhamento de licitações, passando pela formação de quadros, educação financeira e preocupações com a transparência das informações prestadas pelos municípios.

Diante dos resultados apresentados é possível dizer que os OSs desenvolvem atividades que contribuem para o controle social, mas que, ainda tem uma longa jornada de aprimoramento para que seus resultados sejam de fato significados para a sociedade e reduzam de forma mais efetiva os gastos públicos municipais nos locais pesquisados.

Dentre as principais limitações desta pesquisa estiveram o os impasses para obtenção de informações e o não recebimento de retorno dos questionários enviados por parte dos OSs do RS. Originalmente, a busca por informações viria a ocorrer a partir do contato direto com cada um dos observatórios apresentados na população desta pesquisa e o envio de um questionário a ser respondido pelos mesmos. Entretanto, uma série de empasses fez com que tal formato se fizesse inviável, exigindo redefinições ao longo da realização da pesquisa.

Vale destacar ainda, que a ausência de respostas por parte dos Observatórios prejudicou de forma direta o desenvolvimento desta pesquisa. Além do longo período perdido na espera de respostas, o ocorrido representa a falta de comprometimento e transparência para com quem solicita informações, o que é, no mínimo contraditório, tratando-se de uma organização que cobra transparência e pronta disponibilidade de respostas dos órgãos públicos.

Restando como possibilidade apenas os relatórios de atividades disponibilizados no site do OSB, foram analisados quarenta e oito relatórios dos quatorze municípios.

O material disponibilizado pareceu, em certos pontos, pouco claro, com uma série de abreviações e com diferentes formatos de apresentação de um município para o outro. Predominaram as apresentações em formato de slide, com quadros que, por vezes, tinham uma descrição incompleta; ‘prints’ que mostravam o que o OS analisou nos portais da transparência, mas que não continham nenhuma explicação sobre o que se concluiu ou o que foi feito a partir da extensa análise; entre outras análises que mostravam a realização de ações, mas não apresentavam quaisquer resultados para a comunidade, a partir delas. Em resumo, os dados apresentados pelos relatórios não permitiram uma análise mais completa. Recomenda-se, com isso, um maior comprometimento com a transparência e com a qualidade das informações disponibilizadas, e uma maior padronização do que e como deve ser feito.

O estudo aponta para a necessidade de realizar pesquisas futuras para atender as lacunas ainda existentes neste tema, a começar pela influência, positiva ou negativa, da pandemia de Covid-19 na interação em atividades relacionadas ao controle social; também buscar identificar qual

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



é o perfil dos voluntários do OSs; e, por fim, buscar se existe ou não uma relação entre a presença de universidades no município e a participação de atividades de controle social e afins.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fernando Gonçalves de. **Accountability societal no observatório social do Brasil**. 2019. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/27501#:~:text=https%3A//bdm.unb.br/handle/10483/27501>. Acesso em: 16 set. 2021.

AGUIAR, Ana Cecília Bezerra de. **A construção da cidadania por meio da educação fiscal: uma análise dos observatórios sociais**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza-CE, p. 192, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12821>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ALVES, Márcia Dornelas. **Transparência e Controle Social no Acompanhamento da Aplicação de Recursos Públicos: Atuação do Observatório Social (OS)**. Monografia (graduação) - Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Diretoria de Educação a Distância, Universidade Aberta do Brasil, Programa Nacional de Formação em Administração Pública, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/11196#:~:text=https%3A//bdm.unb.br/handle/10483/11196>. Acesso em: 26 jan. 2022.

AMORIM, Octavio Neto; SIMONASSI, Andrei Gomes. Bases políticas das transferências intergovernamentais no Brasil (1985-2004). **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4, p 704-725, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/TP9LNc6zf5Y3smDkj3CyCbF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque; TELES, Vladimir Kühl. Política Fiscal e Crescimento Econômico: Aspectos Teóricos e Evidências Empíricas para as Regiões Brasileiras. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 676-690, 2001. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2291/1/2001_art_raarraes.pdf. Acesso em: 25 jul. 2021.

ASAI, Guilherme; CORRÊA, Alexandre de Souza. Economia brasileira em crise: perspectivas dos gastos governamentais e seus impactos no crescimento econômico e no bem-estar social pós-crise da Covid-19. **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Economia**, 2020. Disponível em: <https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1552/EGC-restric%CC%A7a%CC%83o-de-consumo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.



III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Janeiro, v. 43, n. 6, p.1523- 1534, 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/rZbqmvTHCJbK6YgTTSzpGBG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MORGEROT, Daniel. **O Observatório Social como instrumento de controle da Administração Pública na busca da prevenção e do combate à corrupção e na promoção da cidadania**. 2018. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Araranguá, 2018. Disponível em:
[/https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/7669#:~:text=https%3A//repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/7669](https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/7669#:~:text=https%3A//repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/7669) .Acesso em: 21 jun. 2021.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. Lei Complementar nº 101/2000. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Tesouro Nacional. v. 2. 2000. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:27789. Acesso em: 20 jan. 2022.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **CADERNO DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: encurtador.com.br/btwzZ. Acesso em: 11 set. 2021.

NOVA, Milton Jaques da. **O Impacto dos Gastos Públicos no índice de desenvolvimento Humano: O Caso dos Municípios do Ceará**. Dissertação (Mestrado no Curso de Pós-Graduação em Economia) Área de concentração em Economia de Empresas, da Universidade Federal do Ceará – CAEN. Fortaleza, 2006. Disponível em:
http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5589/1/2006_dissert_mjnova.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

PELEGRINI, Simone. A Lei de Responsabilidade Fiscal e suas implicações nas esferas municipais. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, v. 11, n. 2, p. 168-185, 31 dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.32586/rcda.v11i2.304>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PIRES, Atrícia Menezes. **TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo/ RS**. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. Santa Maria, 2013. Disponível em:
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/138/Pires_Atricia_Menezes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jul. 2021.

RAUSCH, Rita Buzzi; SOARES, Maurélio. Controle Social na Administração Pública: a Importância da Transparência das Contas Públicas para inibir a Corrupção. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 4, n. 3, art. 2, p. 23-43, 2010. Disponível em: <http://www.repec.org.br/repec/article/view/250/85>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SANTOS, Gerson Luis dos. **Participação do controle social na gestão pública através dos observatórios sociais no Rio Grande do Sul**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Faculdades



III SLAEDR
 SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL
VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

 **DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022**

PROMOTORES:



APOIO:



EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SIFE/943>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SECCHIN, Lenise Barcellos de Mello. Controle Social: transparência das políticas públicas e fomento ao exercício de cidadania. **Revista da CGU**, Presidência da República, Controladoria-Geral da União. Brasília, Ano III, n. 5, p. 28-46, 2008. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/34431/13/V3.n5_Social.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

SOUSA, Paulo Francisco Barbosa; LIMA, Alexandre Oliveira; NASCIMENTO, Cicero Philip Soares; PETER, Maria da Gloria Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras; GOMES, Amanda de Oliveira. Desenvolvimento municipal e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v.1, p. 58-70, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-DesenvolvimentoMunicipalECumprimentoDaLeiDeRespons-4864958.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ZANETTI, Jovana; BONZANINI, Osmar Antonio; FERREIRA, Marcelo Marchine. Transparência e controle social na era da informação: atuação e contribuições dos observatórios sociais no Brasil. **Revista Tecnologias Informação e Comunicação**. v. 1 n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ponteditora.org/index.php/rtic/article/view/244/158>. Acesso em: 19 jun. 2021.